

Neste terceiro volume, a Revista REPECULT – Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura apresenta um conjunto de textos entre ensaio, artigos e resenha que contemplam recortes temáticos variados no campo da pesquisa em educação e cultura com foco nas questões das relações étnico-raciais.

O ensaio *Meio ambiente, juventude e comunidade de matriz africana* abre este volume. Nele os autores Marcos Eduardo da S. Leandro (Marcos Serra) e Rodrigo Carneiro Rosa apresentam a riqueza da cultura afro-brasileira a partir da religiosidade de matriz africana, especificamente a do candomblé, considerado uma das marcas da africanidade brasileira e ainda desconhecida pelo mundo acadêmico, mostrando a importância de pesquisas sobre essas comunidades tradicionais de terreiro. Para os autores, a cultura afro-brasileira é extremamente potente nas artes, no idioma oficial e na religiosidade de nosso país. As religiões de matrizes africanas estão presentes em todo território nacional, com maior expressividade nas regiões nordeste e sudeste.

Em *Leituras de Estado em Gramsci e suas apropriações nas pesquisas em políticas educacionais*, primeiro artigo, as autoras Elem Lustosa, Michelle Fernandes Lima e Anita Helena Schlesener refletem sobre a produção do conhecimento científico e os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa em política educacional, a partir da perspectiva do militante político e intelectual comunista italiano Antonio Gramsci. Partindo da suposição que o conceito Estado é contemplado com frequência nas teses e dissertações na área da política educacional, nas autoras destacam a importância em problematizá-lo como fio condutor do artigo. Trata-se de um artigo fruto de uma investigação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro Oeste.

No texto *Os reverses para a construção da identidade étnico-racial em alunos da educação básica na Baixada Fluminense/RJ*, segundo artigo, as professoras Thaíla Queiroz e Marize Conceição de Jesus propõem discutir a problemática da identidade étnico-racial no Brasil através da análise dos discursos dos jovens negros estudantes da educação básica sobre a construção das suas identidades. Buscam também compreender a forma como esses estudantes se autoidentificam de acordo com o sistema atual de classificação de cor ou raça utilizado pelo IBGE (preto, pardo, amarelo, branco e indígena). Neste artigo, as autoras defendem a autodeclaração de ser negro no Brasil como

um ato político, usando como referência teórica as ideias do antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga sobre a mestiçagem no Brasil.

Em seguida, terceiro artigo, *Educação e desigualdades: temas emergentes*, os autores Marcelo L. Duarte e Julio Cesar Araújo dos Santos apresentam uma discussão sobre educação, desigualdades e demandas populares, problematizando os muitos processos de desigualdades presentes na sociedade brasileira, especificamente no interior do sistema educacional público. Destacam como temas emergentes da educação brasileira contemporânea, as questões étnico-raciais na escola e a relação entre juventude(s), sistema educacional e desigualdades. Os autores dizem buscar numa perspectiva crítica a problematização dessas temáticas relacionando-as com questões de ordem social, políticas, econômicas, entre outras.

Em *Universidade, raça e juventude: uma abordagem acerca da permanência no ensino superior do Brasil*, quarto artigo deste volume, as autoras Vanessa Oliveira de Azevedo Rocha e Monica Francisco Aprígio abordam a questão da permanência de estudantes no Ensino Superior brasileiro no âmbito das políticas de ações afirmativas. Refletem sobre os avanços traçados por diferentes medidas legislativas e pela ação dos movimentos negros, no sentido de garantir a diminuição da desigualdade social e o combate ao racismo, a partir de três eixos de discussão: a) como o Estado, por meio da educação contribui para aprofundar os problemas sociais da nação; b) importância do papel dos movimentos sociais, em especial dos movimentos negros, na formulação das políticas educacionais; e c) a concepção de permanência no Ensino Superior, com enfoque no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e nos conceitos de políticas de permanência e juventude. As autoras destacam o quanto a educação no Brasil contribuiu – e ainda contribui – para o aprofundamento dos problemas sociais, o caráter educativo dos movimentos sociais, bem como os avanços do programa PNAES e sua importância em garantir a permanência de estudantes pobres no Ensino Superior.

No quinto artigo, *Educação e demandas populares: os populares e a luta por educação no Brasil (1980- 1990)*, os autores Leandro Machado, Georgete Moura e Flávia Motta propõem discutir a relação educação e movimentos sociais no Brasil a partir das demandas populares com o foco na atuação dos movimentos sociais organizados no país ao longo da década de 1980. Em primeiro plano, os autores buscam desmitificar a ideia de que toda população demanda as mesmas ações do Estado quando o assunto é educação e; em segundo plano, apresentam o lugar dos movimentos sociais brasileiros e das suas demandas e lutas para a manutenção da educação enquanto política social pública, a partir

de considerações sobre as Manifestações de Junho de 2013 e estudos de Anderson (2008), Melucci (1989) e Gohn (2009).

Em *Políticas públicas, movimentos sociais e formação de professores: possíveis relações*, sexto artigo, os autores Ana Lucia Gomes de Souza, Jeniffer de Souza Faria e Mauro Guimarães refletem sobre a educação como política pública e sua estreita relação com os Movimentos Sociais com foco na formação de professores destacando o protagonismo de alguns docentes, as potencialidades da construção coletiva e a corresponsabilidade pela própria formação e de outros professores. Preocupados com a qualidade dos processos formativos, defendem uma outra perspectiva para superar a formação ingênua, superficial e a desvalorização do profissional e vemos nos princípios dos movimentos sociais possíveis contribuições, tendo como referências as ideias de estudiosos como Höfling (2002), Azevedo (1997) e de Gohn (2012).

As autoras Josiane Silva e Patrícia Cardoso Macedo do Amaral Araujo, no texto intitulado *Uma análise bibliográfica sobre educação e demandas populares na contemporaneidade: em foco as disciplinas obrigatórias do curso de doutorado do PPGEDUC/UFRRJ*, o sétimo artigo deste volume, propõem um estudo sobre diversidade e contemporaneidade na educação superior através da análise dos principais autores e conceitos trabalhados no âmbito do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ). Com a ideia de verificar as contribuições desses autores e conceitos a respeito das desigualdades que resultam das relações entre Sociedade e Estado, as autoras buscam promover uma reflexão acerca do contexto escolar contemporâneo e como esse espaço pode contribuir para a superação de processos discriminatórios, a partir de um levantamento do acervo bibliográfico produzido através de leituras, estudos e discussões realizadas em duas disciplinas obrigatórias do curso.

No oitavo e último artigo deste volume, *Reflexões sobre a trajetória da educação popular no Brasil*, os autores Martha Valente Domingues dos Santos e Fernando César Ferreira Gouvêa refletem sobre a educação popular e sua contribuição no cenário educacional brasileiro chamando atenção para o cenário político vigente em que a educação pública brasileira tem sido alvo de um desmonte, com cortes drásticos de investimentos por parte do governo, precarização dos professores, atrasos de salários e cortes de bolsas de pesquisa. O principal objetivo é abordar a construção histórica da educação popular no Brasil e a sua importância para a construção de uma educação

crítico-reflexiva, tendo como base os estudos de Paulo Freire e outros autores considerados referência nessa área de estudo. Resulta das discussões realizadas na disciplina “Educação e Demandas Populares”, do curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ).

Por fim, fechando este volume, A Resenha de Ricardo Dias Costa sobre o livro *Afro-Brasileiros e Racismo Institucional: o papel dos concursos na democratização de acesso aos cargos públicos*, de Ângela Pace, publicado em 2015, pela Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - EDUR, chama a nossa atenção para a coragem e ousadia da autora em tratar de um assunto complexo e relevante para os estudos sobre as ações afirmativas no Brasil no campo da educação, os concursos públicos nas universidades brasileiras. Fruto da pesquisa de doutoramento, o livro de Pace se destaca segundo Costa pela capacidade da autora em promover um diálogo teórico entre autores das teorias clássicas e contemporâneas da sociologia, bem como pela perspectiva metodológica adotada que permite clareza e fluidez na leitura. Ao analisar o papel que o concurso público pode desempenhar nos processos de seleção para o ingresso nos cargos públicos, no Brasil, em especial, no que diz respeito à democratização de acesso dos Afro-brasileiros às carreiras do serviço público, o estudo de Pace, segundo Costa, mostra a influência do racismo institucional na sociedade brasileira, desde suas raízes e, em destaque, na condução dos concursos públicos, especialmente aqueles que possuem fase presencial. Mostra também, como a educação é um fator preponderante para perpetuar as desigualdades raciais e, portanto, interfere negativamente na eficácia do sistema meritocrático. O estudo evidencia como o sistema de ações compensatórias pode contribuir para reparar o passado servil a que foram submetidos os negros e como as desigualdades étnico-raciais foram construídas e legitimadas pelo Estado, que insiste em impor-lhes o mito da democracia racial, que traz na bagagem um cenário de discriminações, preconceitos e desigualdades. O mérito de Pace, para Costa, é revelar que se existe um impacto nos processos de seleção pública do racismo institucional, significa mexer em feridas e mobilizar reflexões sobre poder e hierarquias, pois a literatura acadêmica neste campo de reflexão permite afirmar que, além da existência evidente do racismo institucional, os processos de seleção são permeados por dinâmicas que negam e inviabilizam o racismo estrutural brasileiro.

Esperamos que o leitor com as reflexões acima amplia seus conhecimentos sobre os assuntos tratados, permitindo que esta publicação cumpra com os objetivos da

REPECULT que além do acesso, proporcionar, sobretudo, a democratização do conhecimento das produções acadêmicas na confluência entre as áreas dos estudos em educação, cultura e relações étnico-raciais.

Afro-Abraços e boa leitura,

*Otair Fernandes de Oliveira*

Doutor em Ciências Sociais e Professor Associado da UFRRJ

Professor do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade – PPGPACS

Coordenador do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - LEAFRO